

A Teologia da Libertação como Cultura Política: O engajamento político de Frei Betto e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985).

Bruno Dias Santos (FCL-UNESP/ASSIS-SP).

INTRODUÇÃO:

No presente artigo pretendemos apresentar algumas características da Teologia da Libertação no Brasil que nos permitem uma aproximação com o conceito Cultura Política, desenvolvido pelo historiador francês Serge Berstein. Procuramos elencar essas características a partir da experiência pessoal de engajamento político do frade dominicano e escritor Carlos Alberto Libânio Crhisto, popularmente conhecido como Frei Betto, no período em que esteve preso (1969 - 1973).

A Teologia da Libertação há muito tempo suscita debates, não somente pelo conteúdo de seu discurso, como também pela dificuldade em se desenvolver sua conceituação e datar seu surgimento. Nas palavras de Leonardo Boff “a Teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, o reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre ela.” (BOFF Apud LÖWY, 1991, P.25). A frase de Boff explica, parcialmente, esta dificuldade enfrentada por historiadores e cientistas sociais. Ao mesmo tempo em que ela é um “movimento social de aspiração religiosa” (SANTOS, 2000. P. 2.), também é uma corrente teológica com importantes obras publicadas.

A década de 1970 marca o surgimento das primeiras grandes obras da Teologia da Libertação, principalmente o lançamento daquela que foi considerada sua obra fundadora: “Teologia de la Liberacion”, escrita pelo padre e teólogo peruano, Gustavo Gutiérrez. Também neste período outros importantes teólogos e escritores ganharam destaque e desenvolveram uma reflexão sobre o cristianismo na América Latina como; Hugo Assmann, Enrique Dussel, os irmãos Clodovis e Leonardo Boff e muitos outros. (LÖWY, 2007. P. 411).

No entanto, antes de se datar o surgimento da Teologia da Libertação a partir do lançamento de suas obras-chave é necessário considerar que estas mesmas obras são uma reflexão sobre um movimento social que surgiu no início dos anos 1960, no seio da América Latina.

MOVIMENTO SOCIAL PARA A LIBERTAÇÃO:

A Teologia da Libertação pode ser considerada um movimento social, pois considera que a vivência do cristianismo compreende a conscientização política e a transformação da realidade de espoliação do povo mais pobre. Ela também incentiva a busca de soluções para os problemas cotidianos das comunidades religiosas. (LÖWY, 1991, P.102.) De acordo com Michael Löwy;

Esse movimento compreendia setores significativos da igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (ação católica, juventude universitária cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as comunidades eclesiais de base. (LÖWY, 1991, P.25.).

Além da condenação do capitalismo como pecado estrutural, fundamentam a práxis da Teologia da Libertação; a busca da reorganização das bases, através das comunidades de bairro, a afirmação da libertação histórico-social dos pobres, como antecipação da salvação e a construção do reino de Deus na Terra, assumindo de maneira radical, a “opção preferencial pelos pobres” suscitada pelos bispos em Medellín em 1968. Seus teóricos se valeram de conceitos, cunhados pelo marxismo e pelas ciências sociais como instrumentos para compreender as causas da miséria e as contradições do sistema capitalista. (LÖWY, 1991, P.25.)

Sua inovação em relação à teologia tradicional é a crítica veemente à influência do dualismo do pensamento grego sobre a teologia ocidental. Seu principal entusiasta foi Gustavo Gutiérrez, que afirma: “não há duas histórias, uma profana e outra sagrada, justapostas ou estreitamente unidas, senão um só devir humano assumido irreversivelmente por Cristo, senhor da História” (GUTIÉRREZ, 1971, P.129.).

A partir desses preceitos ela assume um compromisso com a práxis para a libertação em favor da vida comunitária, através da leitura bíblica voltada para a denúncia das injustiças, e da luta contra a idolatria ao poder, a riqueza, o estado e a “civilização cristã ocidental”. (LÖWY, 1991, P.25-28)

Embora seja errôneo considerar a Teologia da Libertação um produto das mudanças institucionais do Concílio Vaticano II, é importante ressaltar o papel fundamental do mesmo para o seu desenvolvimento, sem desconsiderar a importância do clima sociopolítico do período. (SANTOS, 2000, P. 3.)

A bipolarização da guerra fria agravou profundamente a política na América Latina nos anos 1960, principalmente com a vitória da revolução cubana. O fortalecimento da esquerda agravou o clima de tensão social, combinado ao surgimento das ditaduras militares, as agitações estudantis e o movimento pela reforma agrária.

Neste contexto, o Concílio Vaticano II teve papel fundamental, por dar legitimidade ao processo de transformação que ocorria na América latina desde o fim dos anos 1950. Pode-se tomar como exemplo o dito “clero progressista” no Brasil, que antes das orientações do concílio já buscava uma aproximação da igreja com os leigos, e apresentava uma forte crítica à realidade social do país.

A igreja buscou através do concílio, estabelecer uma nova compreensão sobre si mesma e definir uma nova orientação para a sua ação pastoral. Ela procurou uma aproximação maior com o povo, trazendo o leigo para o centro de seu discurso e deu a este, papel mais participativo. Além de almejar uma identificação com a cultura local através de novos ritos, como a celebração da missa em língua vernácula, e uma maior compreensão dos problemas sociais (BOFF, 1994, P.25.).

O novo concílio tinha a tarefa de tentar solucionar a crise do 'ultramontanismo', uma vez que a pressão da modernidade fazia com que a Igreja percebesse a necessidade de modificar o seu discurso para se adequar às novas realidades sociais e culturais. (SANTOS, 2004, P.3.).

A partir dessas novas preocupações da Igreja organizaram-se as primeiras CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Esses pequenos grupos de bairro eram formados por leigos que se reuniam semanalmente para a leitura e reflexão bíblica, sempre voltada para a crítica social da realidade vivida pelos membros.

Especificamente na América Latina essa reorientação da ação pastoral da igreja se manifesta com a Conferência Episcopal de Medellín-Colômbia, que aconteceu em 1968. Ao mesmo tempo em que reafirmava o compromisso da Igreja

latino-americana com os preceitos do Concílio Vaticano II, o documento final da conferência enfatizou, em seu discurso teológico, a “opção preferencial pelos pobres”, tomando como eixo de orientação pastoral, a junção entre a fé e a crítica a situação histórica na América Latina. (DELGADO; PASSOS, 2003, P.113.) a Conferência de Medellín afirmou o compromisso com a justiça social e com o modelo de “desenvolvimento que contemplasse todo o continente”. (DELGADO; PASSOS, 2003, P.114.)

No Brasil, a Teologia da Libertação ganhou ainda mais repercussão por conta do engajamento político de alguns de seus adeptos. A decretação do Ato Institucional nº5, quatro anos após o golpe militar em 1964, significou o endurecimento político através da imposição da censura, da restrição da liberdade pessoal e da consolidação da Doutrina de Segurança Nacional (BORGES, 2003, P. 28.). Diante deste agravante, grupos de esquerda e setores engajados da sociedade, como os estudantes, buscaram de várias maneiras, resistir ao regime autoritário, e em muitos casos construir um projeto político absolutamente distinto do que existia no país pré-1964. A esquerda acreditava que a verdadeira democracia nasceria do socialismo, visto que a situação vigente era de uma democracia burguesa liberal, que deveria ser derrubada.

As lutas das esquerdas revolucionárias, nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura, não visava restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida, sim, com a construção de um futuro radicalmente novo. (ROLLEMBERG, 2003, P.48.).

Um significativo número de adeptos a Teologia da Libertação se engajaram, tanto na resistência quanto no projeto revolucionário da esquerda. O caso mais conhecido é dos dominicanos do convento de perdizes em São Paulo, por terem sido peça chave na emboscada que resultou na morte de Carlos Marighella. Frei Betto ganhou destaque entre eles pelo prestígio de sua produção literária, principalmente as obras que narram o envolvimento com a luta armada, os anos de prisão e a tortura de seus confrades.

A experiência do engajamento político nos leva a refletir sobre o que move uma pessoa a arriscar sua vida e liberdade por um projeto político. E também como

ocorre o processo de interiorização dessa chave de leitura do real, ou seja, “o núcleo duro que informa sobre suas escolhas em função da visão de mundo que traduz.” (BERSTEIN, 1998, P.359). No caso específico de Frei Betto, é possível observar que este processo apresenta certa compatibilidade com as considerações de Serge Bernstein sobre a “Cultura Política”.

CUTURA POLÍTICA.

A Cultura Política tem sido, nas últimas décadas um tema constante na produção historiográfica dedicada a renovação da História Política. Podemos tomar como referência, de singular importância, a obra organizada por René Rémond “Por uma História Política”, que busca levantar os temas mais fecundos da historiografia que nas últimas décadas vem se debruçando sobre o político, em vários segmentos como a história das ideias, da religião, dos intelectuais e etc. Rémond faz uma defesa enérgica dessa renovação da História Política diante do abandono, temporário, a que foi lançada.

De acordo com Falcon a partir da renovação da História Política, os historiadores passam a tomar o Poder e a Política enquanto representações sociais, rompendo com a História Política tradicional, classificada como linear, institucional, factual, que foi lançada a marginalidade acadêmica, ao menos na historiografia francesa, pelos constantes ataques proferidos pela escola dos Annales, pelo estruturalismo e pelo marxismo.

O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido mais tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (FALCON, 1997, P. 76).

Diante dessa renovação da História Política, e principalmente da valoração dos elementos culturais, é que a Cultura Política se apresenta como elemento explicativo, para os mais diversos segmentos da pesquisa histórica. No entanto, o conceito já havia sido utilizado e debatido por outras áreas das ciências humanas. “O conceito cultura política ganhou estatuto acadêmico e as primeiras reflexões sistemáticas nos anos de 1950 e 1960, em meio ao debate das ciências sociais

norte americanas” (MOTTA, 2010, P. 16). Uma das mais célebres obras dedicada ao seu estudo é “The civic culture (1963)”, de Gabriel Almond e Sidney Verba.

Inspirados por essa renovação um grupo de historiadores, liderados por Jean François Sirinelli e Serge Berstein procuraram desenvolver uma concepção mais pluralista do termo, muito influenciados pela antropologia. (MOTTA, 2010, P. 18).

Partindo das considerações de Berstein, Motta define Cultura Política como:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2010, P. 18).

Segundo o autor, este é um fenômeno que só pode existir ao longo do tempo “se formos usar a tipologia de Fernand Braudel, para configurar uma cultura política, seria preciso pelo menos a média duração, não obstante alguns casos possam ser considerados de longa duração” (MOTTA, 2010, P. 22). Ela é adotada pelo indivíduo mediante um longo processo que reúne várias influências, muitas delas contraditórias, o que inclui todos os espaços de formação e de transmissão de valores como a família, a escola, grupos comunitários, o trabalho e em particular os partidos políticos. Também tem papel fundamental nesse processo o clima cultural e os meios de comunicação que propagam essas representações.

A Cultura Política exerce uma dupla função; ao mesmo tempo em que se constitui como a chave de leitura do real do indivíduo. (BERSTEIN, 1998, P.359). Também se apresenta como um fenômeno coletivo, que traduz uma ideologia e valores partilhados por um grupo.

Berstein nos alerta para a existência de várias Culturas Políticas no interior de uma nação, considerando que exista “uma zona de abrangência que permite a partilha de valores e a troca de influências” (BERSTEIN, 1998, P.354). Pois ela é um corpo vivo que se transforma com o passar do tempo, influenciado, pelas mudanças conjunturais. E também é uma idealização em constante confronto com os acontecimentos da existência humana.

O ENGAJAMENTO POLÍTICO DE FREI BETTO: formação de uma Cultura Política?

Frei Betto pertence à ordem religiosa dos dominicanos e é conhecido por ser autor de mais de 53 livros. Foi militante da JEC (Juventude Estudantil Católica) na cidade de Belo Horizonte, onde nasceu, e posteriormente participou de movimento estudantil. Durante a ditadura civil-militar se envolveu com a organização de guerrilha urbana, liderada por Carlos Marighella, Ação Libertadora Nacional (ALN).

Dirigente nacional da juventude estudantil católica (JEC) no começo dos anos 60, Carlos Alberto Libânio Christo (seu nome de batismo) começa sua educação espiritual e política com Maritain, Mounier, Lebreton e Alceu Amoroso Lima, mas no curso de sua militância no movimento estudantil – Upes e UNE- logo vai descobrir o Manifesto comunista e a ideologia alemã. (LOWY, 2007, P. 421.)

O papel dos dominicanos na ALN era na retaguarda. Ajudavam com a arrecadação de fundos, transmissão de mensagens e etc.

Em 1969 Frei Betto, se transferiu para o convento Cristo Rei na cidade gaúcha de São Leopoldo, onde estudava teologia. Do sul do país, sua contribuição com a ALN era ajudar perseguidos políticos a atravessar a fronteira com o Uruguai e Argentina.

Frei Betto foi preso na manhã do dia 9 de novembro de 1969, em Porto Alegre, cinco dias após a morte de Carlos Marighella (BETTO, 1982, P. 104). Em quatro anos de prisão, dois em regime especial, como preso político, e os outros dois como preso comum, escreveu 182 cartas. Estas eram endereçadas a um número extenso de interlocutores, que se dividem entre familiares, amigos, jornalistas, religiosos, padres e intelectuais católicos. Posteriormente ele lançou “Batismo de sangue; Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella”. O livro tem um caráter autobiográfico, relatando seu engajamento político, o envolvimento dos dominicanos com a ALN e a morte de Carlos Marighella. Além de fazer um dossiê da prisão, tortura e suicídio do Frei Tito de Alencar Lima.

A experiência de Frei Betto, iniciada na JEC e em outros agrupamentos católicos influenciados pelo progressismo católico dos anos 1950, possibilita observar como esta nova orientação pastoral da igreja, em conjunto com a cultura

dos anos 1960-1970, possibilitou uma aproximação entre o cristianismo e as ciências sociais, especificamente em sua vertente marxista. A sintetização dessas duas correntes, mediante um longo processo, cria um conjunto de valores, tradições, e representações que moveram seus adeptos para a ação social, especificamente o engajamento na luta contra a ditadura e a derrubada do sistema capitalista, por considera-lo, segundo esta mesma moral, um sistema pecaminoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A intenção deste artigo foi apresentar um panorama de alguns aspectos que possibilitam identificar a Teologia da Libertação como uma cultura política. Para isso utilizamos a experiência de formação e engajamento de Frei Betto. Podemos observar que o período de quase duas décadas de formação da Teologia da Libertação, sua linguagem, suas representações políticas, visão de mundo e interpretação do passado foram elementos fundamentais para as escolhas políticas de seus adeptos.

Procuramos demonstrar que a Teologia da Libertação ao mesmo tempo em que é uma corrente teológica que tem suas primeiras obras publicadas na década de 1970, também é um movimento social que tem seu surgimento com o progressismo brasileiro, tendo Dom Helder câmara como o seu maior expoente. Seu desenvolvimento foi profundamente marcado pelas mudanças sociais dos anos 1960, juntamente as mudanças institucionais produzidas pelo Concílio Vaticanos II. Na América latina foram sintetizadas na “Opção preferencial pelos pobres”, assumida pelos bispos em Medellín em 1968, durante a segunda conferência episcopado latino-americano. Essa “identidade-dupla” ao mesmo tempo em que assinala a complexidade do tema, também possibilita vislumbrar um amplo leque de perspectivas para novas pesquisas sobre a ditadura civil-militar, e também sobre a igreja Católica no Brasil.

REFERÊNCIAS-BIBLIOGRÁFICAS.

BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia - 1959-1965*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092002-124007/>>. Acesso em: 2013-05-01.

- _____. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: vozes, 1984.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Cartas da prisão, 1969 a 1973*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BOFF, L.; REGIDOR, J.R.; BOFF, C.(Orgs.). *A Teologia da Libertação. Balanço e Perspectivas*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A Benção de abril "Brasil, Urgente": Memória e Engajamento Católico no Brasil (1963-1964)*. Petrópolis: vozes, 1983.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; _____ (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DREYFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: Um panorama de seu desenvolvimento*. Tradução de Francisco da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 2ª Ed. Tradução de Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1976.
- KRISCHKE, Paulo José. *A igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA, Luiz Gonzaga Souza. *Evolução política dos Católicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- _____. *Cristianismo da Libertação e marxismo: de 1960 aos nossos dias*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *História do marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil, (1916-1985)*; tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e Política: Os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *Esquerda revolucionária e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a Ditadura Militar: A Esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Irinéia M. F.. *40 anos da Teologia da Libertação: 1960-2000*. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH, 2006, Assis - São Paulo. *Anais...*2006. CD-ROM.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogo nas sombras: Bispos militares, tortura e justiça social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIEPIERSKI, Paulo D., GIL, Benedito M. (Orgs.). *Religião no Brasil: Enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.